

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Folha de S. Paulo

Título: Mercado Aberto 4

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Desmatamento atual da Renca, na Amazônia, é de apenas 0,3%	2
Título: Trabalho pós-50	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Mercado Aberto	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Pesquisa indica divisão em venda da Eletrobrás	5
Título: Privatizações e concessões	7
Título: Em defesa das privatizações	8
Título: TCU vê sobrepreço de até 70% em obras da Petrobrás	10
Título: Petrobrás vai obter US\$ 5 bi de chineses	12

Título: Estatal estenderá acordo coletivo até novembro..... 14

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Miriam Leitão

Título: Desmatamento atual da Renca, na Amazônia, é de apenas 0,3%

O risco da Renca

O governo está mal informado ou tem péssimas intenções em relação à extinção da Renca. Mesmo com o fim da reserva, apenas 10% do território poderia ter exploração mineral, segundo Beto Veríssimo, pesquisador do Imazon. Ao contrário do que o governo diz, o desmatamento na área é mínimo, de 0,3%. O risco é haver a intenção de mudar o marco regulatório das unidades de conservação.

‘Toda a região da Calha Norte do Pará, onde está inserida a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), tem 272 mil quilômetros quadrados, uma área equivalente à soma de São Paulo e Sergipe, e apenas 300 mil habitantes, que se concentram nas margens dos rios e têm atividades de baixo impacto. A Renca é uma parte disso, tem 46,5 mil quilômetros. Foi criada como reserva mineral, mas as unidades de conservação foram sendo criadas e se sobrepondo à reserva mineral e hoje só pode haver exploração de minério em um pequeno trecho. O governo não explicou o que quer, mas qualquer coisa além disso ele só pode fazer se alterar os planos de manejo ou mudar a lei das unidades de conservação’, explica Beto Veríssimo.

Cada tipo de unidade de conservação tem um nível de proteção. Cinco das nove áreas protegidas da Renca têm nível máximo, porque são terra indígena, parque nacional ou reserva biológica. Estão entre elas o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e a Reserva Biológica de Maicuru. Na Floresta Estadual do Paru, pelo nível menor de proteção, poderia até haver exploração mineral, porém já foi feito o plano de manejo e nele não há possibilidade desse tipo de atividade econômica e 37% da Renca estão dentro dessa floresta estadual. O mesmo acontece com os planos de gestão da Reserva Estadual do Amapá e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru.

Segundo Veríssimo, existe garimpo ilegal, mas localizado, no Rio Jari. Houve desmatamento, mas, pela sua análise, o problema seria fácil de resolver. Ele já fez trabalhos de estudo na Calha Norte e está convencido de que existe reversão nos problemas localizados que existem. — O grande perigo do garimpo não é o desmatamento, mas o risco da contaminação dos rios com mercúrio. Não é difícil conter os problemas, ao contrário do que o governo diz — afirma Beto Veríssimo. O governo tem dito que na área já houve invasão, desmatamento, e está havendo garimpo ilegal, e, portanto, a reserva pode ser extinta. Um raciocínio torto.

— Ou o governo não estudou bem o assunto, ou pretende mudar o marco regulatório do sistema de unidades de conservação. As autoridades não explicaram nada direito, não disseram o que pretendem explorar e onde, nada teve qualquer transparência. Para exercer atividades econômicas no local tem que seguir um rito mínimo e o primeiro passo é respeitar as leis atuais. Tudo soou muito estranho — diz. Mostrando um estilo de tomada de decisão atabalhoada, o governo primeiro baixou um decreto extinguindo a reserva, depois refez o decreto estabelecendo alguns parâmetros, depois suspendeu os efeitos do decreto para debater o assunto por 120 dias.

A ordem dos fatores tem que ser inversa: primeiro é preciso haver debate e explicação transparente de qual é o projeto, para depois ser tomada a decisão. Em relação à Amazônia, é preciso extremo cuidado porque já se sabe a dinâmica dos eventos. Quando o Estado mostra hesitação ou fraqueza, começa a corrida de grileiros e desmatadores ilegais. No caso da Renca, o fim da reserva pode ser entendido por garimpeiros como um sinal de que deve-se começar uma corrida do ouro na região. O risco de problemas ambientais e sociais é imenso.

Beto Veríssimo acha que a exploração mineral não necessariamente é inimiga da floresta. Ele diz que já viu em exploração de bauxita a área ser recuperada depois, mas, mesmo quando tudo dá certo, a mineração forma enclaves que não desenvolvem a região. Em outros casos, a mineração pode ser bem predatória. Esse não é o primeiro ataque à Amazônia. A outra decisão enfraqueceu a Floresta Nacional de Jamanxim, uma região vulnerável já muito atacada pelos grileiros e desmatadores. Neste caso, o governo demonstrou que escolheu ceder ao crime. O projeto do governo Temer para a Amazônia não é aceitável.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ancelmo Gois

Título: Trabalho pós-50

Menos da metade (39%) dos brasileiros com mais de 50 anos estão no mercado de trabalho. Mas, segundo o Instituto Locomotiva, de Renato Meirelles, 86%

deles afirmam que... falta dinheiro no fim do mês. A maior barreira para a empregabilidade nessa faixa etária, segundo Meirelles, está na qualificação. Isso porque mais da metade (53%) dos brasileiros com mais de 50 anos não conseguiram passar do... ensino fundamental.

Segue...

Entre os que trabalham, só 34% ganham mais do que dois salários mínimos; 33% ganham até um salário e outros 33%, entre um e dois. A média salarial é de R\$ 2,3 mil e o maior empregador é o comércio.

Os bilhetes de Janot

No livro que escreverá quando deixar a PGR, Rodrigo Janot publicará também bilhetinhos escritos à mão e enviados a ele, anonimamente, durante a operação Lava-Jato. Diz que muitos deles foram “altamente relevantes para a operação”. A conferir.

Temperatura máxima

Uma turma contrária à privatização da Eletrobras derrubou a porta da sala do presidente Wilson Ferreira Júnior, no Rio. Na sexta passada, o conserto foi feito. Calma, gente.

Reage, Rio!

Veja só como um calendário forte de eventos é importante para o turismo do Rio. Contra uma ocupação média, até agora, de só 49,7% da rede hoteleira, em 2017, a primeira semana do Rock in Rio terá, segundo a ABIH-RJ, 67% de ocupação. A segunda será ainda melhor: 77%. Bairros como Ipanema e Leblon terão, nas duas semanas, 84% de quartos ocupados.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Mercado Aberto

Mais... O Ministério de Minas e Energia publica nesta segunda (4) uma portaria com diretrizes para os leilões de energia nova, em dezembro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: ANDREZA MATAIS MARCELO DE MORAES****Título: Pesquisa indica divisão em venda da Eletrobrás**

Coluna do Estadão

Aprivatização da Eletrobrás defendida pelo governo divide opiniões, revela levantamento da Paraná Pesquisas, feito entre os dias 28 de agosto e 1.º de setembro. A venda da empresa é apoiada por um número maior de entrevistados, mas por uma margem pequena. Ao todo, 49,3% disseram ser a favor, enquanto 47,1% são contra. Outros 3,6% não sabem ou não opinaram a respeito. Ao todo, 2.608 pessoas foram ouvidas. O governo Temer aposta nas privatizações para engordar seu caixa em meio à crise fiscal e melhorar a eficiência de estatais.

» Aqui não.

Por outro lado, a pesquisa mostra resistência à venda da Casa da Moeda. Ao todo, 57,9% dos entrevistados são contra a privatização, enquanto 37,2% defendem a medida. Os que não sabem ou não opinaram somam 4,9%.

» Barba de molho.

Depois de perder o grupo do senador Fernando Bezerra para o PMDB, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, decidiu marcar de perto outros alvos que tenta levar para seu partido, o DEM.

» Vem pra cá.

Por isso, aproveitou a viagem para o Espírito Santo, na sexta, para fortalecer os laços com o governador Paulo Hartung (PMDB) e convencê-lo a ir para o DEM.

» Tsunami.

A ida de Fernando Bezerra para o PMDB virou de pernas para o ar o cenário político em Pernambuco e fortalece a montagem de uma chapa de oposição ao governador Paulo Câmara (PSB). Bezerra quer disputar o governo.

» Muita calma.

Integrante do grupo de oposição, o senador Armando Monteiro (PTB) diz que, antes da montagem da chapa contra Câmara, o importante é decidir “em torno

de qual projeto está se formando uma aliança”. Ele também quer concorrer ao governo.

» Tô te querendo.

Os deputados Miguel Haddad e Vanderlei Macris começaram a peregrinação em busca de apoio para presidir o diretório do PSDB em SP. Aliado de Geraldo Alckmin, o atual presidente, Pedro Tobias, quer se manter.

» O troco.

A CPMI da JBS será instalada no Congresso na próxima semana. O senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) deve ser eleito presidente. Ele já mandou preparar requerimento para ouvir o ministro Edson Fachin, do STF.

» O alvo.

A comissão vai centrar fogo nos termos da delação dos irmãos Joesley e Wesley Batista, homologada pelo ministro. Os irmãos também serão chamados.

» Dominado.

Carlos Marun (PMDB-MS), líder da tropa de choque de Temer, deve ser o relator da CPMI.

» Fé.

Ministros ignoram alertas e calculam que a 2.^a denúncia de Janot será enterrada com o placar da 1.^a.

» Promessa...

Em um jantar oferecido ao prefeito João Doria por Heráclito Fortes (PSB-PI), João, neto do deputado, pediu ao xará que consertasse a fonte luminosa do Ibirapuera.

» ...é dívida.

Doria anotou o pedido, buscou uma empresa parceira disposta a investir R\$ 6,3 milhões para renovar a iluminação e levou o pequeno para a inauguração há dez dias.

COM NAIRA TRINDADE

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: José Roberto Mendonça de Barros****Título: Privatizações e concessões**

No dia 24 de agosto, o governo anunciou um ambicioso programa de privatizações e concessões para este e para o próximo ano. Esse movimento é muito importante no momento atual. Infelizmente, foi mal divulgado, uma vez que ficou a impressão de que o grande objetivo é arrecadar recursos extras para o Tesouro, quando, na realidade, esta é apenas uma das razões para privatizar – e não a mais importante.

Isso porque os volumes possíveis de serem arrecadados são relativamente pequenos, em comparação com o déficit fiscal projetado, e também por se tratar de uma receita não recorrente, que ocorre somente uma vez. Existem várias razões para justificar o programa, e a mais importante é que passar esses projetos para o setor privado é a única forma de elevar o investimento, sem o qual a recuperação econômica não vai se consolidar.

Por causa das agruras do Tesouro e do excesso de capacidade hoje existente na indústria e em outros segmentos, apenas a infraestrutura será capaz de realizar tal tarefa. Sua melhora é a forma mais eficaz de conseguirmos elevar a produtividade da economia brasileira num prazo relativamente curto.

Ademais, privatizar estatais é a única garantia que se tem de que a gestão das empresas não vai necessitar de aportes do governo. Há muito tempo a história se repete: a indicação política de patriotas para gerir empresas públicas abre, sistematicamente, rombos financeiros, os quais têm de ser cobertos pelo Tesouro.

Com as características de nosso sistema político, não existe a menor chance de alteração desse destino. Apenas para exemplificar, basta consultar os jornais para relembrar os escândalos que atingiram a Casa da Moeda em 2005, 2015 e 2016. A **Eletrobrás**, com suas nomeações políticas, seu inchaço e seus prejuízos de todos os tipos, é outro exemplo.

Embora em teoria ela pudesse ser uma pujante empresa estatal, a prática sempre se mostrou outra. Fora o que ocorreu após a malfadada MP 579, de 2012, os mais velhos se lembrarão dos grandes volumes de recursos injetados pelo Tesouro para cobrir déficits no início dos anos 90. Finalmente, o produto dos leilões vai resultar numa arrecadação que terá alguma relevância e não deverá ser desconsiderada. Entretanto, esse fato não deve ser a causa primária do movimento.

A privatização é tão necessária quanto difícil. Digo isso porque, de 1993 a 1998, participei ativamente do programa de então. Em 1993 e 1994, fui membro da Comissão Nacional de Desestatização, competentemente dirigida por André Franco Montoro Filho. Começamos com a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), passando pelos setores de fertilizantes, petroquímico e outros.

O último caso, já em 1998, foi o da Telebrás, quando estava no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. Na venda de empresas, como será a **Eletrobrás**, é necessário navegar simultaneamente por três fases: preparação e limpeza do terreno (o que envolve conhecer e solucionar os “esqueletos” que sempre existem); regulação e legislação, que afetam o segmento; e, finalmente, o modelo de privatização propriamente dito.

Todos esses itens são difíceis e exigem muita ação jurídica e análise econômica. Também são inevitáveis reações negativas vindas de áreas ideológicas, de funcionários que temem perder vantagens, de políticos que vão ficar sem suas indicações e de certos fornecedores e clientes que, em muitos casos, desenvolvem “relações comerciais especiais” com a estatal.

Para que esses projetos, inclusive as concessões, sigam adiante, é preciso uma boa equipe, uma boa consultoria e, especialmente, muito suporte do Poder Executivo, até mesmo para se defender do fogo amigo. Com esses cuidados, poderemos ter algumas boas novidades no investimento em infraestrutura em 2018.

ECONOMISTA E SÓCIO DA MB ASSOCIADOS. ESCRIVE QUINZENALMENTE

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Affonso Celso Pastore

Título: Em defesa das privatizações

O governo Temer anunciou a privatização da **Eletrobrás**, e imediatamente a discussão se concentrou na avaliação da receita vinda da alteração das “quotas” geradas pela malfadada MP 579. Receitas não são o produto mais importante da privatização. Se o Brasil pôr em prática uma agenda de privatizações colherá muitos benefícios, mas se buscar apenas a obtenção de receita perderá uma oportunidade de estimular o crescimento, sem resolver o problema fiscal.

No pós-guerra, os países ao redor do mundo assumiram um papel enorme na produção de bens e serviços, sendo proprietários de tudo, como minas, fábricas, bancos e companhias de seguro, entre outros. Escaparam a essa tendência os EUA e o Japão, mas sucumbiram a ela Itália, França e Áustria, ao lado de muitos

países emergentes. No Brasil, desde cedo criamos uma empresa estatal no setor de petróleo, seguida de outras em setores “estratégicos”, como: energia elétrica, telecomunicações, mineração e produção de ferro e aço. Essa tendência mundial se inverteu nos anos 90.

O símbolo da mudança foi o programa de privatizações de Margareth Thatcher, no Reino Unido, mas 20 anos antes a Alemanha de Konrad Adenauer já havia feito algo semelhante. Qual dos dois sistemas é melhor: a produção através de empresas estatais; ou através do setor privado? A resposta dada pela Teoria Econômica é que os incentivos – vindos do lucro e da meritocracia – são mais fortes nas empresas privadas, conduzindo a menores custos e maior produtividade, elevando o bem-estar da sociedade.

Já em 1985, o Banco Mundial lançou um relatório crítico às estatais, cujos resultados foram sendo confirmados – ano após ano – por um grande número de investigações empíricas (Megginson e Netter: *From State to Market: A Survey of Empirical Studies on Privatization*. J.E.L., 2001). A ilusão de que as empresas estatais corrigiriam falhas de mercado foi destruída por evidências de que haviam falhas do governo, reduzindo o bem-estar da sociedade.

Consciente desse resultado, nos anos 90, o Brasil realizou um programa de privatizações abrangendo a siderurgia, as telecomunicações, a companhia Vale do Rio Doce e a Embraer. Esses são exemplos de privatizações puras, nos quais há uma transferência de propriedade e de riscos integralmente para o setor privado. Em todos eles cresceram os valores das empresas e ocorreu um notável aumento de eficiência produtiva, constituindo-se em uma eloquente prova empírica das previsões da teoria.

Será que as empresas estatais não poderiam copiar a governança e a meritocracia das empresas privadas? Essa seria a orientação de um governo benevolente, mas o objetivo da maior parte dos governos é obter suporte político, e para isso tendem a distribuir benesses aos que o suportem, usando o poder que têm sobre empresas estatais. O resultado é, no mínimo, a geração de empresas atulhadas de funcionários, recebendo salários que não correspondem à sua produtividade.

Contudo, em um presidencialismo de cooptação, como o nosso, corre-se o risco de transformar essas empresas em dutos de canalização de recursos aos partidos, como descobriu-se através do escândalo de corrupção da Petrobrás e do affaire da JBS. Felizmente, no caso da Petrobrás essa fase se encerrou com a diretoria comandada por Pedro Parente.

Mas quem garante que seu sucessor não retorne aos vícios anteriores? Em um trabalho clássico, Schleifer e Vishny (*Corruption*, NBER Working Paper #4372)

concluem que “empresas estatais são ineficientes não somente porque seus gestores têm incentivos fracos para reduzir custos, e sim porque a ineficiência é o resultado da política do governo de transferir recursos aos que o suportam”.

Não somente os incentivos das empresas estatais são mais fracos, como esse é, também, o resultado da política de transferir recursos aos apoiadores do governo, quer em uma versão mais branda – superdimensionado os empregos –, quer em uma versão mais infecciosa – a corrupção pura e simples. Essas são algumas das razões pelas quais sou favorável a um programa ambicioso de privatizações e espero que o aodamento em “gerar boas notícias” não gere mais custos do que benefícios.

EX-PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL E SÓCIO DA A.C. PASTORE & ASSOCIADOS.
ESCREVE NO PRIMEIRO DOMINGO DO MÊS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor: Fábio Fabrini

Título: TCU vê sobrepreço de até 70% em obras da Petrobrás

Lava Jato. Novas provas levaram corte a refazer cálculos de serviços declarados por fornecedores de empreiteiras; perdas atualizadas somam, até agora, R\$ 3,7 bilhões

A análise de provas da Operação Lava Jato tem feito o Tribunal de Contas da União (TCU) rever a apuração de prejuízos em obras da Petrobrás. A corte refez os cálculos de superfaturamento, com base em documentos obtidos em quebras de sigilo de empreiteiras investigadas, e já descobriu desvios até 70% maiores do que os constatados em auditorias antigas.

A reavaliação foi feita em três contratos da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e um do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). As perdas ao erário até agora apontadas nesses casos, em valores atualizados, somam R\$ 3,7 bilhões. O TCU recebeu da 13.ª Vara Federal Criminal de Curitiba, do juiz Sérgio Moro, notas fiscais emitidas por fornecedores de materiais usados pelas empreiteiras nas obras da Petrobrás.

Os documentos mostraram o custo real de equipamentos específicos da indústria de petróleo, os chamados “itens tagueados”, que antes não constavam dos sistemas oficiais de pesquisa de preços consultados pelo tribunal. Ao comparar os valores praticados no mercado com os previstos nos contratos, revelou-se um rombo maior.

A corte está refazendo as contas de pelo menos mais nove contratos de Abreu e Lima, da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná, e também da Usina de Angra 3, gerida pela Eletronuclear. O entendimento dos ministros é de que, se o dano erário apurado superar o que já foi devolvido pelas empreiteiras em acordos de leniência firmados com o Ministério Público Federal ou o governo, cabe cobrá-lo integralmente.

Maior diferença.

O novo pente- fino do TCU indicou superfaturamento 70% maior do que o já conhecido na construção da Central de Desenvolvimento de Plantas de Utilidades (CDPU), uma das estruturas mais importantes do Comperj. As perdas saltaram de R\$ 295 milhões para R\$ 505 milhões, conforme relatório sigiloso, obtido pelo Estado – em valores atualizados em outubro do ano passado, chegam a R\$ 686 milhões.

O contrato foi firmado pela estatal com um consórcio integrado pela Odebrecht e a UTC Engenharia. A fiscalização mostrou que, a cada R\$ 10 pagos às contratadas, R\$ 4 eram “gordura”. A auditoria relatou também que o consórcio foi contratado indevidamente por meio de inexigibilidade e dispensa de licitação.

“Essa contratação ocorreu por meio de pagamento de propinas a gestores da Petrobrás e apresentação à Diretoria Executiva de ‘emergência fabricada’, com premissas falhas e justificativas insubsistentes”, diz trecho do relatório de auditores sobre o caso, com base em delações premiadas que relataram o esquema de corrupção na companhia.

Auditores do TCU propõem bloquear os bens de seis pessoas, entre elas executivos da estatal e das empreiteiras, e de sete empresas dos grupos integrantes dos consórcios, incluindo UTC e Odebrecht, para resguardar o ressarcimento dos prejuízos.

A decisão sobre o caso será do plenário do TCU. O relator do processo, Bruno Dantas, ainda não concluiu seu voto a respeito. Em Abreu e Lima, a reavaliação apontou um prejuízo 32% maior na Unidade de Destilação Atmosférica (UDA) e de 15% na Unidade de Hidrotratamento de Diesel (UHDT).

Essas obras foram tocadas conjuntamente por Odebrecht e OAS, a partir de 2009. As notas fiscais, de 2009, permitiram achar um sobrepreço de R\$ 1,36 bilhão nos dois empreendimentos, ante R\$ 1 bilhão antes de os documentos serem conhecidos. Corrigido ao ano passado, o valor desviado chega a R\$ 2,1 bilhões.

Decisões.

Em uma decisão já tomada, o tribunal mandou bloquear bens dos responsáveis pelos prejuízos por um ano e abriu prazo para que eles apresentem defesa. Se, ao fim do processo, a corte não aceitar os argumentos, cabe condená-los a devolver os recursos.

Em caso que envolveu perdas na compra da Refinaria de Pasadena, por exemplo, o tribunal determinou, na quarta-feira passada, que o ex-presidente da Petrobrás José Sergio Gabrielli e o ex-diretor de Internacional Nestor Cerveró restituam R\$ 250 milhões aos cofres da companhia.

Também houve atualização de auditoria nas obras de implementação das “tubovias”, o complexo de 60 mil toneladas de dutos de Abreu e Lima, empreendido pela Queiroz Galvão, em consórcio com a Iesa. O sobrepreço inicial, de R\$ 605 milhões, passou para R\$ 689 milhões após os dados da Lava Jato chegarem aos auditores, cifra que, corrigida, já bate em R\$ 1 bilhão.

Processo para cobrar os valores dos responsáveis pela obra, entre eles os ex-presidentes das duas empreiteiras, está em curso. “Tal qual exposto pela unidade técnica, as empresas Queiroz Galvão e Iesa Óleo e Gás compunham um grupo de empresas que agiam em cartel para fraudar as licitações no âmbito da Petrobrás, maximizando indevidamente os seus lucros por meio de restrição da competitividade do certame e corrupção de agentes da estatal”, escreveu o relator do caso no TCU, Benjamin Zymler, ao justificar as medidas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Cláudia Trevisan

Título: Petrobrás vai obter US\$ 5 bi de chineses

Estatual fez acordo de cooperação com Banco de Desenvolvimento da China; empresa negocia outra linha de US\$ 1 bi com Eximbank chinês

A Petrobrás aprofundou seu relacionamento com a China por meio de um acordo de cooperação estratégica com o Banco de Desenvolvimento da China (BDC), que é o primeiro passo para a concessão de financiamento de US\$ 5 bilhões à companhia. Também será a base para a parceria em investimentos em toda a cadeia de petróleo e gás e a eventual concessão de crédito a empresas chinesas interessadas na compra de ativos da estatal.

A empresa negocia outra linha de US\$ 1 bilhão com o Eximbank chinês. A expectativa é que os financiamentos sejam liberados ainda neste ano, disse a nova representante-chefe da Petrobrás na China, Tatiana Rosito. Ex-secretaria-

executiva da Camex, ela trabalhou como diplomata no país asiático por cinco anos.

O empréstimo de US\$ 5 bilhões faz parte de memorando de intenções assinado pelas duas partes em 2015, no valor total de US\$ 10 bilhões. Metade dos recursos foi liberada no ano passado. Agora, a Petrobrás e o BRC negociam as condições para concessão do valor restante.

Entre as questões em aberto está a forma de pagamento do financiamento. Segundo Rosito, não está decidido se ele será feito por meio da entrega de petróleo. A obtenção de novos recursos faz parte do esforço da estatal de alongar o perfil de sua dívida e fazer captações em condições mais favoráveis.

A China é o maior destino das exportações de petróleo do Brasil e recebe metade dos embarques totais, que oscilam de 400 mil a 500 mil barris/dia. A representação da Petrobrás na China foi aberta em 2004 e sua principal função era a comercialização de petróleo. A missão mudou em 2015, quando o foco passou a ser finanças.

A comercialização ficou a cargo do escritório de Cingapura. Rosito avalia que a relação da Petrobrás com a China passou por três fases distintas. A primeira foi marcada pela linha de crédito de US\$ 10 bilhões concedida pelo BDC à companhia. Todos os recursos foram liberados e a Petrobrás paga o financiamento por meio da exportação de petróleo.

O passo seguinte foi a criação de um consórcio com presença de companhias chinesas para explorar o campo de Libra, no pré-sal, que deve começar a produção comercial em outubro. A terceira etapa é a atual, na qual há o início de uma cooperação mais abrangente.

Investimentos.

No sábado, Temer encerrou um seminário que teve participação de cerca de 300 representantes de empresas chinesas e brasileiras. “O Brasil está de volta, aguardando os empresários chineses”, afirmou o presidente, que colocou a atração de investimentos no centro de sua visita. Temer embarca na manhã deste domingo para Xiamen, onde será realizada a cúpula dos Brics.

O encontro terá a participação de Xi, Temer, Vladimir Putin (Rússia), Narendra Modi (Índia) e Jacob Zuma (África do Sul). Também estarão presentes os líderes de cinco países convidados pela China: México, Egito, Quênia, Tâjiquistão e Tailândia. Em Xiamen, Temer terá outra oportunidade de vender o Brasil, quando falar a representantes de quase 1.000 empresas globais que se reunirão paralelamente à cúpula.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes****Título: Estatal estenderá acordo coletivo até novembro**

Em comunicado interno, Petrobrás diz que vai esperar entrada em vigor da reforma trabalhista para nova negociação

A gerência da Petrobrás anunciou aos empregados que vai estender o atual acordo coletivo de trabalho (ACT) até o dia 10 de novembro e que só vai substituí-lo pelo novo depois que entrar em vigor a nova reforma trabalhista, em novembro. O comunicado, divulgado internamente a todos os funcionários na quinta-feira, não foi bem recebido pela Federação Única dos Petroleiros (FUP), que reunirá os sindicatos filiados na próxima semana para traçar estratégias de reação.

A revisão do ACT da Petrobrás acontece todos os anos em setembro. Até então, a empresa era obrigada a seguir o acertado no ano anterior até que os dois lados chegassem a um acordo, o que poderia demorar meses além do previsto e significar um longo desgaste da direção com os empregados.

Neste ano, porém, o entendimento da Petrobrás é que uma decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) concedida a outra empresa abriu precedente para que o ACT seja encerrado exatamente na data prevista, em seu caso, em 31 de agosto. “A vigência do acordo foi estendida para garantir a tranquilidade das negociações”, afirmou uma fonte da cúpula da empresa que não quis se identificar. No comunicado divulgado internamente, a empresa afirmou que “em respeito aos empregados e às entidades sindicais, a Petrobrás prorrogará o acordo coletivo de trabalho vigente até o dia 10 de novembro, véspera da data em que entra em vigor a nova legislação trabalhista.

Essa prorrogação não afeta a data-base da categoria, que continua em setembro”, traz a nota assinada pela gerência executiva. Para a FUP, que representa a maior parte dos funcionários, porém, ao citar a reforma trabalhista, a diretoria da empresa buscou “pressionar a categoria para fechar o acordo a toque de caixa”, como afirmou a federação em sua página na internet. Para resistir, a FUP aposta em fórmula que, na sua avaliação, tem dado certo: negociação com a empresa e mobilizações.

MME / ASCOM .